



# GUIA DE ESTUDOS MIGRAÇÃO, REFÚGIO E PÓS-COLONIALISMOS



2023 DEBATES  
PÓS-COLONIAIS  
E DECOLONIAIS

## MIGRAÇÃO, REFÚGIO E PÓS-COLONIALISMOS

Guia de estudos construído para uso exclusivo do evento: "**Migração, Refúgio e Pós-colonialismos**". É estritamente proibida sua comercialização. Para divulgação fora do âmbito aqui descrito, entre em contato com [contato@decoloniais.com](mailto:contato@decoloniais.com).

Este Guia foi construído com a colaboração dos membros:  
**Redação:** Ana Beatriz Valente, Ellen Gomes Passos, Leandro Laranjeiras, Monik Klein, Nathane Cruz e Victoria Motta.  
**Design gráfico:** João Seraphim e Poliana Ribeiro.



# SUMÁRIO



• Explorando as fronteiras do saber .....	04
• Mapeando o terreno .....	05
• Definições institucionais do Direito Internacional .....	07
• Histórico e limitações .....	07
• Esboçando linhas e contornos .....	09
• Traçando caminhos outros .....	13
• Referências .....	19
• Sobre nós .....	21



# EXPLORANDO AS FRONTEIRAS DO SABER



Como uma demanda na missão de desestabilizar e romper com as barreiras que separam simbolicamente a Universidade e a sociedade, a **Iniciativa Debates Pós-Coloniais** e Decoloniais convida a todes para uma série de eventos com a temática de migração e refúgio.

Antes disso, no entanto, entendemos ser importante que construamos uma compreensão mútua por meio da definição de termos em comum para nos ambientarmos à temática proposta.

Deixar esse tipo de debate permanecer entre as paredes das nossas faculdades, contudo, reitera uma hierarquização de quem pode ter acesso, utilizar e se apropriar dele na sua vida cotidiana. Ao mesmo tempo, reconhecemos a importância de traduzir e até abandonar o “academiquês” usado como instrumento de validação de uma suposta autoridade em alguns discursos científicos.

O presente Guia de Estudos voltado para o evento “Migração, Refúgio e Pós-Colonialismos”, portanto, inaugura mais uma maneira que nos intrometemos na ordem moderna/colonial e convidamos os participantes a nos acompanhar nessa jornada!



# MAPEANDO O TERRENO



**Colonialidade do poder:** Criado pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano, esse conceito descreve a persistência de estruturas de poder coloniais, que se baseiam na negação da história e do pensamento do "outro" e na manutenção de hierarquias de dominação, mesmo após a independência política de uma nação.

**Colonialismo:** Sistema em que uma nação ou grupo de nações domina e controla territórios estrangeiros para explorar recursos e exercer autoridade política, econômica e cultural sobre as populações locais.

**Decolonialidade:** Proposta teórica da América Latina para a América Latina, que critica o eurocentrismo do debate pós-colonial e busca se libertar das atuais dominações coloniais. Denuncia que a colonialidade é a outra face da modernidade, que opera às escuras e permite a manutenção do padrão mundial de poder.

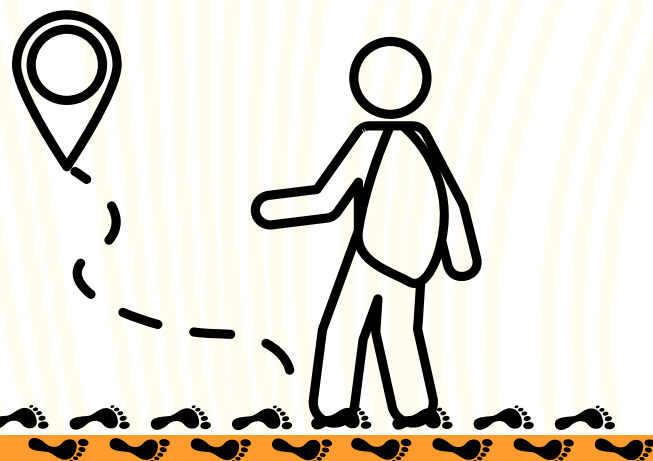
**Deportação:** Processo de remoção do imigrante do país de chegada, no qual o imigrante tem a cidadania, residência e direitos básicos negados no país em que chega e é obrigado a deixar o território.

**Detenção:** Prisão de migrantes que aguardam uma decisão em seus processos judiciais de imigração. Há pouca regulamentação para a duração da detenção, portanto, alguns migrantes podem ser mantidos detidos durante seus processos de remoção, que podem durar meses ou até anos.

**Díaspóra:** termo de origem grega, refere-se a populações migrantes dispersas, voluntária ou forçadamente em dois ou mais territórios nos quais desenvolvem ligações múltiplas entre o seu local de origem e o local anfitrião por meio das memórias e das circunstâncias históricas que os seus membros vivenciaram.

**Emigrante:** Termo que se refere a quem deixa seu país de origem com a intenção de se estabelecer em outro local. Portanto, o emigrante é um migrante internacional, que atravessa a fronteira de seu país com destino a outro. A perspectiva da emigração é interessante para pensar a relação do emigrante com seu Estado de origem e, assim, ter uma dimensão ampliada do processo migratório.

**Imigrante:** Alguém que se desloca de seu país de origem para outro. A motivação para a migração pode ser variada, incluindo razões econômicas, sociais e/ou políticas. Nesse sentido, a imigração diz respeito à entrada de pessoas num país após terem deixado outro, sendo um termo utilizado pela perspectiva do país de chegada.





**Imperialismo:** Conjunto de políticas autoritárias e expansionistas que visa a dominação territorial, cultural, política e econômica de um império sobre outros territórios. Inerente ao sistema capitalista, utiliza o colonialismo como uma das ferramentas para a exploração dos povos subjugados.

**Migração:** Fenômeno em que indivíduos se deslocam de um local para outro, seja dentro das fronteiras de um país ou entre diferentes países. Esse deslocamento pode ocorrer de maneira voluntária ou forçada, temporário ou permanente e de curta ou longa distância. Além disso, desempenha um papel significativo na dinâmica populacional, na economia, na cultura e nas questões sociais de regiões e países, impactando tanto as áreas de partida quanto as de chegada.

**País do Primeiro Asilo:** Quando um indivíduo sai de seu país de origem em busca de proteção, o primeiro país em que ele chega é considerado o "primeiro país de asilo", uma vez que o indivíduo seja reconhecido como refugiado e tenha proteção garantida no país de chegada.

**Pós-Colonialismo:** Vertente teórica que busca chamar atenção para a permanência das relações de poder coloniais mesmo após a independência de países colonizados.

**Princípio do non-refoulement ou de "não extradição":** Princípio de proteção internacional à pessoa refugiada, no qual um Estado não é proibido de obrigar uma pessoa a retornar a um território onde possa estar exposta à perseguição e ameaça à vida.

**Refugiado:** Pessoa obrigada a se deslocar e deixar seu país de origem devido a condições de potencial ameaça à vida, como conflitos, guerras civis, violações de direitos humanos, desastres naturais, perseguição política, religiosa, racial ou étnica.

**Repatriação voluntária:** processo que busca promover um retorno e reintegração seguro e digno para pessoas migrantes que desejam, de forma voluntária e sem nenhum tipo de obrigação, retornar ao seu local de origem.

**Sul Global:** Referência aos países que estão localizados na periferia do sistema internacional, em oposição aos países centrais. Projeto político que reivindica uma comunidade internacional livre dos legados do colonialismo, um mundo mais justo e igualitário em que impere a solidariedade internacional.



# DEFINIÇÕES INSTITUCIONAIS DO DIREITO INTERNACIONAL

# HISTÓRICO E LIMITAÇÕES



Os conceitos existentes atualmente para definir pessoas e condições em relação ao deslocamento humano não são suficientes para capturar a complexidade dos movimentos migratórios. Os termos cunhados pelo Direito Internacional visam estabelecer diretrizes para a identificação de diferentes processos migratórios e facilitar a formulação e implementação de políticas nacionais e internacionais. No entanto, as motivações, vivências, condições políticas, sociais e econômicas que envolvem o processo de migração são diversas e se diferem para além do local de origem, do trajeto e do local de destino para o qual se encaminha.

No campo das Relações Internacionais, não existe um consenso sobre a definição de refugiado. Uma caracterização aceita pelo Direito Internacional pode ser encontrada na Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, em resposta aos refugiados europeus no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial. Essa convenção estabelece uma definição de "refugiado" e detalha direitos e deveres, bem como as obrigações legais dos países de acolhimento e da sociedade internacional em geral. Nessa definição institucional, o refugiado é o indivíduo que deixa seu país de origem devido à perseguição relacionada à raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um grupo social ou opinião política, ou ainda graves violações de direitos humanos e conflitos armados, conforme definido pela Organização das Nações Unidas (ONU) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR).





Essas definições, conhecidas de forma geral, não abrangem a pluralidade existente entre as categorias de migrantes, além de não levarem em conta a diversidade de suas identidades, como são lidos por diferentes sociedades e como se leem. Compreender a diversidade das experiências humanas migrantes, a partir dos recortes étnicos, raciais, socioeconômicos, de gênero, orientação sexual, condição de saúde ou identidade religiosa é indispensável para compreender as formulações políticas que podem ter como objetivo "aliviar o sofrimento humano e defender os direitos das pessoas deslocadas, ou controlar e proteger fronteiras e territórios limitando e/ou forçando a remoção de determinados corpos desses espaços" (Fiddan–Qasmiyeh et al, 2014, p. 30, tradução nossa).

Surge, portanto, a necessidade de questionar as noções que já estão estipuladas para entender em qual contexto elas se originam e a quem elas servem. Isso porque elas deixam uma lacuna quanto às exclusões, restrições, estereótipos e preconceitos que apresentam, dificultando a representação do migrante como singular e agente, e impedindo que políticas adequadas sejam implementadas a nível doméstico e internacional.





# ESBOÇANDO LINHAS E CONTORNOS



Embora não seja nosso objetivo nos estendermos sobre as diferentes discussões teóricas que versam sobre migração e refúgio, há de se destacar que a literatura acadêmica que aborda esses temas constitui um campo de estudo multifacetado, enraizado em diversas disciplinas, como sociologia, antropologia, economia, direito internacional, e estudos demográficos (Brettell; Hollifield, 2014). Ainda que seja um tema recorrente nos meios acadêmicos, as origens das teorias sobre migração e refúgio remontam ao início do século XX, quando o crescimento populacional, as crises econômicas e os movimentos populacionais levaram os pesquisadores a se debruçar sobre esses fenômenos. Inicialmente, a migração era predominantemente vista como uma resultante dos processos de industrialização e urbanização que se desenvolviam junto ao avanço do capitalismo. No entanto, à medida que a migração europeia para os Estados Unidos ganhava intensidade, as discussões sobre migração ganharam maior visibilidade e complexidade – ainda que em moldes clássicos –, estimuladas por fatores políticos e acadêmicos em ascensão (Sasaki; Assis, 2016).

Mais do que isso, a migração e o refúgio emergem como uma temática intrinsecamente "popular", ultrapassando as fronteiras geográficas e entrelaçando-se com a política internacional, enquanto também moldam os debates públicos ao redor do globo. Basta olhar para a crise de refugiados por conta do conflito na Síria, que resultou no deslocamento de milhões de pessoas ou para o aumento dos fluxos migratórios em direção à Europa, que geraram debates fervorosos sobre segurança, integração cultural e desafios econômicos. O seu caráter "popular" também está intrinsecamente ligado ao Brexit no Reino Unido, assim como ao crescimento de partidos de extrema direita em diversos países europeus. Além disso, não podemos ignorar a retórica anti-imigrante que se estabeleceu como um dos pilares da campanha de Donald Trump nas eleições presidenciais de 2016. Nesse sentido, tendo em vista que todo mundo parece ter alguma opinião sobre migrantes, parece-nos interessante resgatar como os estudos migratórios retratam essas pessoas.





A fim de realizar um sobrevoo sobre a representação do refugiado nos estudos migratórios, concorda-se com as perspectivas de Prem Kumar Rajaram (2002) sobre a invisibilidade e a rejeição que sofrem os migrantes e refugiados ao redor do mundo. Nesse sentido, a partir da literatura elencada, busca-se denunciar a forma como as instituições internacionais e agências humanitárias (a partir de uma perspectiva ocidentalizada) classificam e narram as experiências do corpo refugiado. Segundo o autor, a ideia que temos do corpo do refugiado é como se ele fosse somente uma massa física muda e sem rosto e, portanto, é negado a esse corpo o direito de apresentar importantes narrativas que tenham consequências institucionais e políticas (Rajaram, 2002). A imagem do refugiado acaba sendo tratada como uma pessoa deslocada dos limites protetores da territorialidade, ou seja: um corpo sem território, sem acesso a direitos humanos e humanitários, uma criatura infeliz que se encontra presa em circunstâncias purgatórias.

Para Rajaram (2002), essa representação do refugiado enquanto um constante problema para o Estado é o que o classifica em uma situação de “limbo” no sistema internacional, como um ser que se encontra sempre perdido e desamparado. Além disso, esse corpo refugiado é visto e representado a partir de uma perspectiva muda, “sem palavras” (Malkki, 1996), sem qualquer agência do seu ser e das suas escolhas a partir da situação em que se encontra. Ao entender o refugiado enquanto uma vítima muda, Rajaram assinala o quanto isso universaliza os corpos refugiados e os coloca em uma situação de afastamento das experiências individuais e de deslocamento do contexto político, social e histórico, colocando-o em um contexto despolidizado e desistoricizado.

Quando incluímos a questão de gênero e sexualidade nos estudos migratórios, a situação da representatividade na literatura acaba se agravando um pouco mais. Assim como mencionado por Martin F. Manalansan (2006), apesar do intenso desenvolvimento histórico e teórico sobre a inserção dos termos gênero e sexualidade nos estudos de migração e refúgio, a temática ainda apresenta algumas lacunas e omissões. Muitas das vezes, ao propor o estudo da migração a partir da lente de gênero, parte-se apenas da noção dualista de sexo/gênero, o que normaliza práticas e corpos heterossexuais, sem trazer ao debate a intersecção presente entre gênero, identidades sociais, classe e raça.



De acordo com Manalansan (2006), o gênero acaba ficando muito atrelado ao corpo feminino, estereotipando ainda mais esse corpo refugiado que foge da perspectiva cisheteronormativa. Dessa maneira, trabalhos recentes sobre migração e sexualidade queer propõem novas abordagens para o campo, trazendo para o escopo da análise não apenas “a viabilidade e importância da sexualidade como objeto de estudo, mas também apontando para seu papel constitutivo na formação e definição de cidadania e nação” (Manalansan, 2006, p. 224, tradução nossa).

Para tanto, ao trazermos estudos que partem da perspectiva queer à literatura de migração e refúgio, somos capazes de expandir o significado de migração e alterar a nossa compreensão sobre o que configura gênero. A partir daí, podemos promover o questionamento sobre a ideia de identidades e orientações sexuais e assim, desafiar a confiança dos estudos de migração em significados, instituições e práticas heteronormativas (Luibhéid, 2004). Concordando com Malanansan (2006) e Carillo (2004), fatores como a sexualidade, as identidades e práticas e desejos sexuais podem se configurar como centrais para a migração, uma vez que, ao partir o olhar para um escopo mais amplo, tanto a identidade e expressão de gênero quanto à orientação sexual podem funcionar como a motivação direta ou indireta para que haja o deslocamento e movimento internacional de indivíduos.

Um exemplo de como o gênero importa é o caso da migração chinesa para os Estados Unidos ocorrida entre o final do século XIX e o início do século XX, em que uma imagem abertamente orientalizada dos chineses foi intensamente marcada pelo sexo e pelo gênero. De acordo com Peffer (1986; 1999), as mulheres chinesas foram barradas de ingressar em território estadunidense até meados do século XX por serem consideradas prostitutas, representantes de uma imagem de moral frouxa, da personificação do sexo ilícito e da disseminação de doenças. Os homens chineses, por sua vez, foram feminilizados para que pudessem ser facilmente representados e aceitos na sociedade americana, a fim de não representar uma ameaça e/ou competitividade para com o homem heteronormativo estadunidense (Shah, 2001).





Desse modo, destaca-se que entender como a noção universalizada de gênero e do refugiado afeta nos estudos migratórios é extremamente importante, uma vez que, dependendo da situação social, da identidade de gênero, da classe, da raça, ou da orientação sexual que o corpo migrante ocupa, as suas experiências e lutas específicas serão diferentes das demais. Ainda assim, entendemos ser imperativo transcender as estruturas convencionais de análise, seja pelo ponto de vista teórico, conceitual ou metodológico, e adentrar nas perspectivas enraizadas no pós-colonialismo e na decolonialidade. Com esse passo, poderemos desvendar como as dinâmicas de poder, moldadas pelo colonialismo e perpetuadas pela colonialidade, continuam a influenciar a leitura e a vivência da migração e do refúgio. Isso nos desafia a adotar visões que honrem a multiplicidade de experiências e revelem as narrativas muitas vezes esquecidas de subjugação, exploração e resiliência que têm moldado as trajetórias migrantes.



# TRAÇANDO CAMINHOS OUTROS



O que hoje entendemos como as abordagens pós-coloniais e decoloniais parte das lutas de libertação de regimes escravocratas e independência política em países do Sul Global. Academicamente, os Estudos Literários protagonizaram discussões sobre a representação de pessoas não brancas como uma forma de promover um debate maior sobre a relação colonizador/colonizado e os efeitos da colonialidade que perduram mesmo com o fim do colonialismo formal (Krishna, 2009). Um dos principais pontos de entrada dessas abordagens nas temáticas de migração e refúgio parte de uma preocupação com a representação de migrantes e refugiados destacando como fluxos de migração também relembram a relação metrópole/colônia.

Antes de discutir a figura contemporânea do migrante, é importante considerar que o colonialismo contou com a mobilidade forçada de milhares de pessoas para efetivar seus interesses políticos e econômicos. Séculos antes de 1492, marco da empreitada espanhola nas Américas, rotas terrestres entre a Europa e outros continentes também contavam com fluxos migratórios para trocas comerciais e outros fins. Assim, o oceano Atlântico foi o caminho de muitos migrantes africanos e asiáticos escravizados a serem comercializados no continente americano que estava sob controle político de potências anglo-saxãs. Posteriormente, o imperialismo na Ásia e na África redirecionou o padrão migratório para englobar também os oceanos Pacífico e Índico, demonstrando um caráter expansivo da ligação entre Europa e demais continentes que se abala ainda mais com a globalização da transição do milênio (Nair, 2013).





Por outro lado, durante o processo de colonização na América, por exemplo, era comum que filhos de famílias tradicionais e poderosas na colônia retornassem à metrópole para conduzir negócios e completar sua educação nas instituições europeias. Imaginava-se que o contraste entre a vida na colônia e na metrópole, apesar de o objetivo da primeira ser imitar a segunda, ressaltasse a superioridade do homem branco e civilizado. Isso permitia o colonizador voltar para sua “aventura” além-mar instruído em como ordenar as “sociedades primitivas”. No contexto do imperialismo nos continentes africano e asiático, aqueles com descendência europeia continuavam gozando dos benefícios de seu vínculo com a metrópole, construindo uma relação ambígua entre o “lá” e o “cá” que ainda impacta os debates sobre cidadania atualmente. Esse tipo de relação migratória também impactava o colonizado que visitava a metrópole. Fanon (2008) discute impactos psicológicos que afetam a pessoa colonizada ao retornar à sua casa já que ela corre o risco de rejeitar suas raízes para reiterar o discurso colonial.

Assim, a noção de migrante ultrapassa a imagem de pessoas não brancas desesperadas caminhando ou nadando em direção à Europa ou aos Estados Unidos que temos atualmente nos veículos midiáticos e que reproduz narrativas de ameaça à “civilização ocidental”. Bem antes disso, foram os europeus que migraram para outras terras com interesses econômicos e um suposto discurso religioso e humanitário de salvação. Se quisermos problematizar ainda mais, podemos considerar que a história da humanidade é pautada em migrações. Uma leitura pós-colonial e decolonial, portanto, é um convite para desestabilizar do senso comum o imaginário imposto e naturalizado seguindo a aparente “história única” da branquitude.

Para Nair (2013), é impossível debater questões como migração e refúgio sem considerar o impacto da empreitada colonial. Segundo a autora, ambas as temáticas centram na questão do deslocamento porque tanto o migrante quanto o colonizado foram deslocados da sua continuidade histórica e social em um ponto geográfico por conta de elementos econômicos e políticos. Seja buscando melhores condições de trabalho e fugindo de conflitos armados, o caráter da migração contemporânea está ligado a processos de deslocamento, dissonância e diferenças semelhantes à experiência (pós-)colonial.





Pinar Bilgin (2020) retrata a desumanização sofrida por migrantes que buscam cruzar o Mediterrâneo traduzida em discursos que os representam como ameaça aos valores e estilo de vida dos países europeus. Imaginários como migrantes impactando negativamente a economia e a (in)segurança da região fazem com que um discurso de hospitalidade logo se transforme em hostilidade. Especificamente, Bilgin olha para como alguns atores políticos europeus enquadraram a vinda de refugiados como uma fonte de perigo para as mulheres europeias. Com isso, ela denuncia a centralidade da relação entre conceitos como Norte/Sul global e Ocidente/Oriente para a construção de uma narrativa que coloca populações para além da Europa como antes da Europa em uma escala de progresso não só econômica, mas também normativa: “O que é crítico para os nossos propósitos aqui é o que passa despercebido em tais debates: o que é retratado como ‘antes da Europa’ é, ao mesmo tempo, a ‘consequência da Europa” (Bilgin, 2020, p. 777).

A partir dessa afirmação, é possível notar como a abordagens pós-coloniais e decoloniais descentram a suposta autoridade desse tipo de discurso. Para tal, ela recorre a um procedimento analítico proposto por Edward Said (2011) chamado leitura contrapontual. Para o autor palestino, é fundamental não perder a conexão com o mundo real e a ficção ao analisar textos literários. A título de exemplo, a leitura contrapontual busca entender como parte da riqueza de personagens da aristocracia britânica, como nas obras de Jane Austen, advinda da exploração de recursos e da escravização de pessoas não brancas em outros continentes não retratados na trama. O objetivo de Said com essa intervenção é assinalar como histórias que aparentemente são diferentes estão entrelaçadas, isto é, são dependentes umas das outras.

Visitar textos que discutem historicamente a relação entre Norte e Sul, Ocidente e Oriente permite Bilgin (2020) ressaltar a contingência do enquadramento pejorativo do qual pessoas não brancas são alvo atualmente. Em outras palavras, ela demonstra como a narrativa que relaciona homens muçulmanos como irracionais e fonte de violência não advém de elementos culturais que entram em choque com a migração no Mediterrâneo, mas é fruto de uma construção imagética de países europeus sobre o “outro”. Nesse quesito, contudo, o que precisamos levar em consideração é que esse tipo de discurso nos revela mais sobre quem o emite do que quem é seu alvo, ou seja, aprendemos muito mais sobre atores políticos europeus quando encontramos esse tipo de narrativa do que quem eles nos contam ser a ameaça (Chakrabarty, 2000).



Por outro lado, Roxanne Doty (2003) trabalha o conceito de desejo para falar sobre imigração porque, segundo ela, muito tem sido escrito sobre o "Estado" para falar sobre fronteiras e autoridade soberana e pouco se fala do desejo envolvido nesse movimento, o desejo do Estado em criar ordem e estabilidade pela manutenção de sua estrutura. A autora critica a ideia do "Estado" como um ator unitário e racional e argumenta que as práticas de Estado para manter a ordem e a coesão interna, estabelecidas sobretudo pela manutenção da identidade nacional são movidas, assim como o texto social, pelo desejo. Essas práticas podem ser reproduzidas tanto a partir dos mecanismos do Estado sobre as leis de migração e cidadania, quanto pode ser estendida para a sociedade civil. Nesse sentido, a política do Estado se estende para além de suas práticas realizadas por agentes diretos, em que atores civis reproduzem a posição política anti-migração do Estado com violência. À essa prática, a autora atribui o nome de 'anti-imigrantismo' (Doty, 2003, p.14).

Doty analisa sobretudo a postura de Estados e sociedades ocidentais e mostra como a prática de exclusão do Estado está relacionada diretamente a imigrantes do Sul Global e demonstra como aspecto étnico racial está diretamente relacionado à posição do Estado, o que a autora conceitua como uma forma contemporânea de racismo, que sustenta a prática anti-imigrante, motivada pelo desejo de ordem e controle, tanto da identidade nacional, quanto das fronteiras. O racismo, portanto, é considerado característica permanente do 'anti-imigrantismo' pela autora. Isso nos estimula também a repensar as discussões das seções anteriores, considerando, por exemplo, temas como gênero e sexualidade, bem como o papel da diáspora nesse debate.

A partir disso, Helma Lutz e Anna Amelina (2021), discorrem sobre como a inserção da mulher migrante tem sido um dos principais temas do pensamento feminista nos estudos migratórios desde meados dos anos 1980, trazendo perspectivas críticas ao pensar a investigação e intersecção existente entre gênero e migração. Para as autoras, os frequentes envolvimento de racismo e sexismo em debates e políticas anti-imigração e a falta de ferramentas de investigação e análise que sejam adequadas e sensíveis para o caso acaba permitindo que as múltiplas identidades de gênero existentes sejam abafadas no quadro de estudos migratórios (Malanansan, 2006).

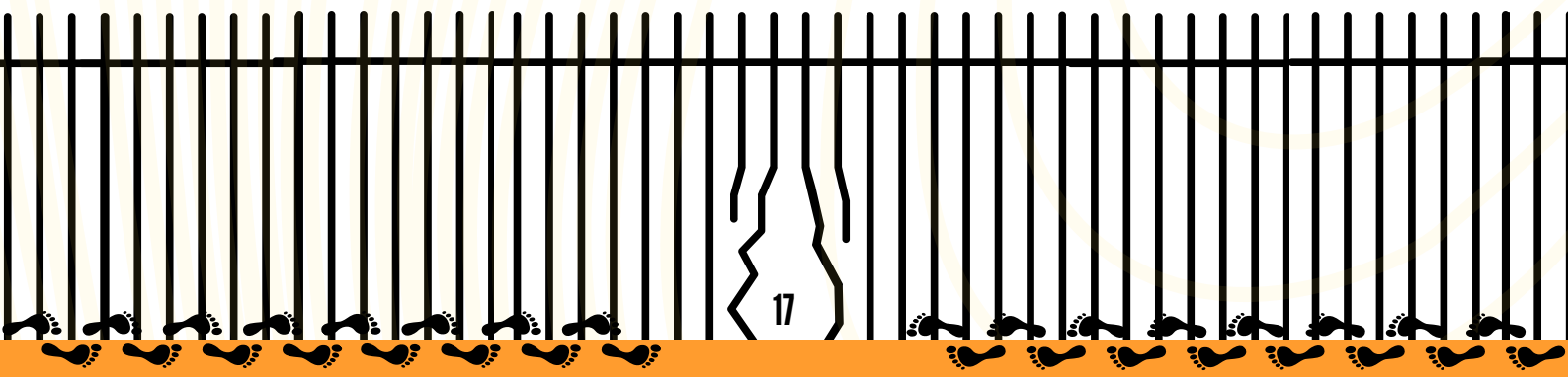




Nesse sentido, Lutz e Amelina (2021) afirmam que as alternativas pós-coloniais e decoloniais entram como uma possibilidade de campo de investigação que torna possível analisar como as relações entre gênero e migração têm demonstrado que os movimentos migratórios não são apenas enquadrados por regimes de migração e de fronteiras, mas representam um contexto extenso de relações de poder coloniais que ainda se estabelecem como hegemônicas ao redor do globo, dividindo e analisando as intersecções pós-coloniais que se estendem por entre os países do Norte e do Sul global (Lutz; Amelina, 2021). Ainda, é possível perceber que as estruturas pós-coloniais e as condições de vida e trabalho propiciadas pelo colonialismo são o que produz, fundamentalmente, as condições para que ocorram os atuais processos migratórios (Lutz; Amelina, 2021).

Para Spivak (2009), o colonialismo, o imperialismo e a migração transnacional se correspondem mutuamente. A partir disso, Lutz e Amelina chamam a atenção para as relações de poder existentes em um processo migratório. De acordo com as autoras, é essencial analisarmos os processos migratórios a partir das condições sob as quais os “sujeitos de poder” existentes entre o gênero e a migração são gerados social e politicamente (Rose, 2015 *apud* Lutz; Amelina, 2021). Só assim, partindo de perspectivas pós-estruturalistas, pós-coloniais e decoloniais, poderemos compreender a frequente desvalorização do sujeito migrante pela sociedade majoritária considerada branca e cisheteronormativa.

A inclusão de categorias como raça (Quijano, 2000) e gênero (Lugones, 2007; 2008) é entendida no contexto da migração enquanto ligações sociais que estão embutidas na “colonialidade do poder” (Quijano, 2000) e que (re)produzem oportunidades de vida e posicionamentos transfronteiriços desiguais (Lutz; Amelina, 2021). Por essa razão, “os representantes do pensamento decolonial propõe desconstruir sistemas de conhecimento racializantes/etnicizantes e de gênero em contextos pós e neocoloniais que facilitam e/ou restringem a migração e os movimentos sociais” (Lutz; Amelina, 2021, p. 65, tradução nossa).





Enquanto um segundo ponto fundamental para o debate, os novos estudos de diáspora se mostram relevantes para retratar a situação dos migrantes na atualidade. Pessoas migrantes, por inúmeros fatores (político, social, voluntário, de guerra, etc), deslocam-se para outros territórios e lá criam relações e laços com diferentes comunidades. Trata-se de um fenômeno complexo, que tem ganhado uma série de abordagens ao longo do tempo. Historicamente, esse termo diáspora é designado, quase exclusivamente, às dispersões gregas e especialmente às judaicas. Entretanto, com a popularização do termo nas últimas décadas, passou-se a ser aplicado aos diversos povos dispersos.

Uma das principais mudanças nos estudos de diáspora foi o reconhecimento das complexidades internas étnico-nacional-religiosas e o afastamento de essencialismos em relação a essas populações. Cada diáspora possui uma história particular que teve grande influência na sobrevivência de seus elementos culturais, políticos e sociais. Correntes pós-coloniais concentram-se em interseccionar as experiências diaspóricas com as consequências coloniais de dispersão espacial e a formação de identidades, dentro dos estudos culturais. Além disso, com o surgimento da comunicação digital, os estudos de diáspora passaram a abranger os estudos de mídia também (Ponzanesi, 2020).

Sandra Ponzanesi (2020) destaca que as mídias digitais criaram novas formas de relações afetivas e de pertencimento, isto é, existe uma continuidade entre o universo online e o offline. Para ela, essa coexistência cria novas possibilidades de entender a migração não somente como um simples deslocamento territorial, mas como parte de imaginários em constante transformação (Ponzanesi, 2020). A autora destaca como grupos oprimidos, na maioria das vezes organizados em diásporas, diminuem seu isolamento e fortalecem seus laços étnico-religiosos por meio da internet, podendo acompanhar a sua terra de origem e a sua cultura. Nesse sentido, surge uma nova dimensão de espacialidade pós-nacionais. As diásporas, hoje, diferente das diásporas clássicas, conseguem ter um contato maior com seu país de origem. Essas pessoas se unem por identificações variadas e criam comunidades diaspóricas virtuais.



# REFERÊNCIAS



ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. **Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951**. 1951.

Disponível em: [https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao\\_relativa\\_ao\\_Estatuto\\_dos\\_Refugiados.pdf](https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf). Acesso: 30 ago. 2023.

BRETTELL, C.; HOLLIFIELD, J. (Ed.). **Migration theory: Talking across disciplines**. Routledge, 2014.

BILGIN, P. The 'Migrant Crisis in the Mediterranean' as a Threat to Women's Security in the EU? A Contrapuntal Reading. **Geopolitics**, v. 27, n. 3, p. 773–790, 2020. DOI: 10.1080/14650045.2020.1835865

CARILLO, H. Sexual Migration, Cross-Cultural Sexual Encounters, and Sexual Health. **Sexuality Research and Social Policy**, v. 1, n.3, p. 58–70, 2004.

CHAKRABARTY, D. **Provincializing Europe**. Princeton: Princeton University Press, 2000.

DE PAULA, B. V. O Princípio do Non-Refoulement, sua Natureza Jus Cogens e a Proteção Internacional dos Refugiados. **Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos**, v. 7, n. 7, 2006/2007.

DOTY, R. L. **Anti-immigrantism in western democracies: statecraft, desire, and the politics of exclusion**. Routledge. New York, 2003.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FIDDIAN-QASMIYEH, E., Loescher, G., Long, K., Sigona, N., & Barnett, M. N. (2014). **The Oxford Handbook of Refugee and Forced Migration Studies**. (First ed.) Oxford University Press.

GOLD, S. J.; NAWYN, S. J. Routledge International Handbook of Migration Studies. 2. ed. New York: Routledge, 2019.

KRISHNA, S. **Globalization and postcolonialism: Hegemony and resistance in the twenty-first century**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2009.

LUGONES, M. Heterosexualism and the Colonial/Modern Gender System. **Hypatia: Special Issue on >Writing Against Heterosexism<**, v. 22, n. 1, p. 186–219, 2007.

LUGONES, M. Coloniality and Gender. **Tabula Rasa**, v. 9, p. 73–102, 2008.

LUIBHÉID, E. Heteronormativity and Immigration Scholarship: A Call for Change. **GLQ**, v. 10, n. 2, p. 227–235, 2004.

LUTZ, H.; AMELINA, A. Gender in Migration Studies: From Feminist Legacies to Intersectional, Post and Decolonial Prospects. **Zeitschrift für Migrationsforschung – Journal of Migration Research**, v. 1, n. 1, p. 55–73, 2021. DOI: <https://doi.org/10.48439/zmf.v1i1.97>





MANALANSAN, M. F. Queer Intersections: Sexuality and Gender in Migration Studies. **International Migration Review**, v. 40, n. 1, pp. 224–249. Center for Migration Studies of New York, 2006. DOI: [10.1111/j.1747-7379.2006.00009.x](https://doi.org/10.1111/j.1747-7379.2006.00009.x)

MALKKI, H. Speechless Emissaries: Refugees, Humanitarianism and Dehistoricization. **Cultural Anthropology**, v. 11, n. 3, pp. 377–404. 1996. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/656300> Acesso em 22 ago. 2023.

NAIR, P. Postcolonial theories of migration. In: NESS, I. (Ed.). **The Encyclopedia of Global Human Migration**. Blackwell Publishing Ltd., 2013. Disponível em: [https://doi.org/10.1002/9781444351071.wb\\_ghm423](https://doi.org/10.1002/9781444351071.wb_ghm423). Acesso em 22 ago. 2023.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Saiba tudo sobre o Pacto Global para Migração**. 2018. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2018/12/1650601>. Acesso: 30 agosto 2023.

PEFFER, G. **If They Don't Bring Their Women Here**. Urbana: University of Illinois Press, 1999.

PEFFER, G. Forbidden Families: Emigration Experiences of Chinese Women Under the Page Law, 1875–1882. **Journal of American Ethnic History**, v. 6, n. 1, p. 28–46, 1986.

PONZANESI, S. Digital Diasporas Postcoloniality, Media and Affect. **Interventions**, 22:8, 977–993, DOI: 10.1080/1369801X.2020.1718537, 2020.

QUIJANO, A. Coloniality of Power and Eurocentrism in Latin America. **International Sociology**, v. 15, n. 2, p. 215–232, 2000.

RAJARAM, P. K. Humanitarianism and Representations of the Refugee. **Journal of Refugee Studies**, v. 15, n. 3, pp. 247–264. Oxford University Press, 2002.

SAID, E. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SASAKI, E; ASSIS, G. **Teorias das migrações internacionais**. Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, pp. 1–19, 2016

SHAH, N. **Contagious Divides: Epidemics and Race in San Francisco's Chinatown**. Berkeley: University of California Press, 2001.

SPIVAK, G. **Nationalism and the Imagination**. London: Seagull Books, 2009.

TRIANDAFYLIDOU, A. **Routledge Handbook of Immigration and Refugee Studies**. Second edition. Abingdon, Oxon; New York, NY: Routledge, 2023.



# SOBRE NÓS



## O PROJETO

A iniciativa de Pesquisa e Extensão Debates Pós-coloniais e Decoloniais nasceu, em 2017, por alunos da graduação de Defesa e Gestão Estratégica Internacional da UFRJ pautados no pós-colonialismo e na decolonialidade, com o objetivo de repensar as formas com que o conhecimento é produzido e reproduzido na academia. Além do pensamento ocidental ser cúmplice da supremacia branca, ele silencia e inferioriza saberes e cosmologias que vão contra o pensamento hegemônico.

## O QUE FAZEMOS?

Estamos na academia, mas entendemos que o conhecimento produzido nela não deve estar restrito às paredes das universidades. Por isso, utilizamos de eventos, rodas de conversas, apresentações de trabalhos, publicações em sites e mídias sociais para tornar o conhecimento mais acessível e plural, trazendo vozes e saberes subalternizados e silenciados, como as vivências indígenas, africanas, afro-brasileiras, muçulmanas, latino-americanas, árabes e asiáticas, valorizando e dando protagonismo para corpos que historicamente são apagados e aniquilados.

## QUEM SOMOS?

A iniciativa de Pesquisa e Extensão Debates Pós-coloniais e Decoloniais nasceu, em 2017, por alunos da graduação de Defesa e Gestão Estratégica Internacional da UFRJ pautados no pós-colonialismo e na decolonialidade, com o objetivo de repensar as formas com que o conhecimento é produzido e reproduzido na academia. Além do pensamento ocidental ser cúmplice da supremacia branca, ele silencia e inferioriza saberes e cosmologias que vão contra o pensamento hegemônico.



## NOSSAS REDES

[SITE](#)

[FACEBOOK](#)

[INSTAGRAM](#)

[LINKEDIN](#)